

# CÂMARA MUNICIPAL

DE

**LAGOA – AÇORES**

**ATA N.º 05/2019**

**DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 8 DE MARÇO DE 2019**

(Contém 13 Folhas)

**ESTIVERAM PRESENTES OS SEGUINTE MEMBROS:**

VICE-PRESIDENTE – RICARDO NUNO FERREIRA MARTINS MOTA

VEREADOR – CARLOS AUGUSTO BORGES RODRIGUES FURTADO

VEREADOR – FERNANDO JORGE VENTURA MONIZ

VEREADORA – ALBERTINA MARIA COSTA OLIVEIRA

VEREADOR – NELSON ANTÓNIO ROSA DOS SANTOS

VEREADOR – ROBERTO MANUEL DE SOUSA OLIVEIRA

**FALTOU O SEGUINTE MEMBRO:**

PRESIDENTE – CRISTINA DE FÁTIMA SILVA CALISTO

**CÂMARA MUNICIPAL**

**DE**

**LAGOA – AÇORES**

**ATA N.º 05/2019**

**DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 8 DE MARÇO DE 2019**

Aos oito dias do mês de março do ano dois mil e dezanove, nesta cidade de Lagoa, na Sala de Reuniões do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Lagoa, sob a Presidência do Exmo. Senhor Ricardo Nuno Ferreira Martins Mota, na qualidade de Vice-Presidente da Câmara Municipal, e com a presença dos Exmos. Senhores Vereadores: Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado; Fernando Jorge Ventura Moniz; Albertina Maria Costa Oliveira; Nelson António Rosa dos Santos e Roberto Manuel de Sousa Oliveira.

Não compareceu à reunião a Senhora Presidente Cristina de Fátima Silva Calisto.

Sendo a hora designada para o início dos trabalhos e verificando-se haver «quórum» para funcionamento do executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente declarou aberta a reunião, pelas 09:00 horas.

A reunião foi secretariada por Maria da Estrela Aguiar, Técnica Superior, do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos.

**ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:**

O Senhor Vice-Presidente propôs à aprovação de todos os membros a ata da reunião ordinária de 22 de fevereiro de 2019.

A Câmara tomou conhecimento e a ata da referida reunião foi aprovada, por unanimidade, conforme disposto no número 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e será assinada pela Senhora Presidente e por quem secretariou a reunião.

### **JUSTIFICAÇÃO DE FALTA:**

O Senhor Vice-Presidente deu conhecimento à Câmara que justificou a falta da Senhora Presidente Cristina de Fátima Silva Calisto, de acordo com a alínea c) do artigo 39.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, competência que foi delegada em reunião de 25 de outubro de 2017. Informou que a Senhora Presidente não pôde participar nesta reunião por motivo de compromisso relacionado com a Proteção Civil.

A Câmara tomou conhecimento.

### **ANTES DA ORDEM DO DIA:**

#### **CONTRATO DE SUBARRENDAMENTO - CONSTRUÇÃO DO HOTEL:**

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que já foi anunciada a construção do Hotel "Hilton Garden - Inn Lagoa – Azores", no Concelho de Lagoa, mas ainda não foi presente o contrato de subarrendamento relativo àquele espaço, à semelhança do que aconteceu com o Hospital Internacional dos Açores. Questionou qual o ponto de situação relativamente a este processo.

O Senhor Vice-Presidente informou, que na reunião Camarária de 10 de agosto de 2018, foi presente o processo de candidatura ao Lagoa Investe, apresentado pela Let's Sea Azores, SA, para subarrendamento do lote 26 do Tecnoparque, bem como as minutas de contrato de subarrendamento e de contrato de concessão de apoio Lagoa Investe. Naquela reunião foi atribuído a Declaração de Interesse Municipal ao Projeto "Hilton Garden Inn Lagoa – Azores" e foram aprovadas as minutas do Contrato de Subarrendamento urbano para fins não habitacionais com prazo certo e do Contrato de Concessão de Apoios Lagoa Investe.

Mais informou o Senhor Vice-Presidente que os respetivos contratos já foram todos assinados.

A Câmara tomou conhecimento.

### **TECNOPARQUE:**

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que, esta semana, tomou conhecimento que existe um promotor Imobiliário – LeiloAzores, Sociedade Unipessoal, Lda. que está a vender lotes no Tecnoparque, por 200.000,00 €. São lotes para construção em altura, e pelas fotos pareceu-lhe que são os lotes de habitação coletiva a norte do Tecnoparque.



O Senhor Vice-Presidente informou que desconhece essa informação. Existe um contrato de arrendamento para fins não habitacionais com prazo certo, entre as Portas da Lagoa, Sociedade de Desenvolvimento de Lagoa, S.A. e o Município de Lagoa. Embora a propriedade não seja do Município, vigora um contrato de arrendamento, como tal a Câmara Municipal deveria ter conhecimento desta situação pelos direitos que lhe confere o contrato. Ainda bem que o Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado identificou esta situação, para que se averigue, esclareça e retifique, se for o caso, essa circunstância.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado expôs que, em seu entender, não é cedo, nem é tarde, para se pensar numa solução daquelas. Das contas que fez, quando o Município acabar de pagar as rendas do Tecnoparque, terá pago 130.000,00 € por cada lote. Sugeriu que deveriam tentar arranjar um formato em que se pusesse à venda aqueles lotes e fosse renegociado o contrato de arrendamento que existe entre o Município de Lagoa e as Portas da Lagoa.

O Senhor Vice-Presidente respondeu que o Município de Lagoa celebrou um contrato de arrendamento urbano com a Empresa Portas da Lagoa SA, sobre os lotes de terreno, localizados no Tecnoparque. Os terrenos são propriedade da Empresa Portas da Lagoa, pelo que esta questão terá de passar por entendimento daquela Empresa e com a anuência da Câmara Municipal, porque o Município não detém a titularidade daqueles terrenos sendo mero locatário.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que percebeu o detalhe, mas o Município não apareceu exclusivamente na qualidade de titular de um contrato de arrendamento. Esta situação decorreu de uma engenharia financeira realizada no passado para contornar o problema do investimento do Tecnoparque. Acrescentou, dizendo que o ano passado foi feita uma adenda ao contrato de arrendamento celebrado entre o Município e as Portas da Lagoa, que dá alguns direitos ao Município e no uso desses direitos, defendeu que não era má altura promover a venda desses lotes, porque aliviava a estrutura de custos com o pagamento das rendas do Tecnoparque. Para além de libertar dívida do Município, ainda, capitalizava mais atividade naquela zona.

O Senhor Vice-Presidente respondeu que não se trata de dívida do Município, o que existe é um compromisso do pagamento das rendas durante a vigência dos termos do contrato de arrendamento.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado disse que foi celebrado o contrato de arrendamento, mas também existe um "compromisso de cavalheiros". O Município não se pretende desvincular daquela dívida, porque a mesma foi colocada naquela Empresa para resolver um problema de enquadramento do financiamento daquelas infraestruturas. O Município também é parte interveniente no assunto e pode dar as suas opiniões.

O Senhor Vice-Presidente disse que a Câmara Municipal pode e deve dar a sua opinião enquadrado nos seus direitos e obrigações enquanto arrendatário dos terrenos do Tecnoparque.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que mais ninguém tem interesse em arrendar aqueles lotes, senão o Município. Porque arrendar lotes sem qualquer objetivo à vista é de todo desinteressante. O Município por ser o único rendeiro daqueles terrenos, em sua opinião, tem que aproveitar o bom momento da economia. O formato que existe do Município subarrendar para outro construir é um formato pouco convencional de negócio. É uma situação que já existe há alguns anos e até agora não despertou o interesse de ninguém.

O Senhor Vice-Presidente respondeu que essa é a opinião do Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado. Informou que este foi o modelo de negócio que, na altura, se entendeu mais ajustado e apropriado aos objetivos e que tem assistido a um interesse crescente por parte de particulares e empresas, no desenvolvimento de projetos para aqueles lotes. Num contexto de melhoria da economia e dos índices de confiança, existem pessoas que veem ali uma nova oportunidade de rentabilizar o seu capital. Acrescentou, que tudo o que possa ser para o superior interesse do Município de Lagoa, estão sempre disponíveis para avaliar e estudar novas soluções. No entanto, ressaltou, uma vez mais, a condição não de posse, mas de arrendatário do Município.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que percebeu o enquadramento legal da situação, mas é uma boa oportunidade para arranjar uma solução, porque o que o Município vai pagar de rendas não é barato. A Câmara Municipal ao subarrendar a um construtor que queira fazer um investimento, terá que assumir parte desses custos, à semelhança do que aconteceu com o Hospital Internacional dos Açores. Não está a ver um construtor realizar ali investimento que só o poderá vender em 2041.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira referiu que o dono dos terrenos é a Empresa Portas da Lagoa, mas o arrendatário também tem os seus direitos. Quando se toma um prédio de arrendamento é para se fazer uso dele. Neste caso o Município devia dinamizar aquela zona para o efeito que foi pensada, com o objetivo de baixar os custos das rendas. Devem de ser tomadas todas as iniciativas nesta matéria.

O Senhor Vice-Presidente respondeu que encara o Tecnoparque não como um custo, mas como um investimento para o futuro, é estruturante e visa potenciar a cidade de Lagoa do ponto de vista económico e social. É um facto que, a Câmara Municipal está a suportar o pagamento das rendas, no entanto acredita que a médio prazo se irá construir naqueles lotes com a consequente dinâmica económica para o Concelho e sua população. É por essa via, que entende existir o retorno do investimento efetuado. Acrescentou que constata o tecido empresarial e as pessoas mais confiantes, a investir mais e com outro interesse. Trata-se de um momento importante para capitalizar investimento na zona do Tecnoparque. Mais informou

existir procura e intenções, que a Câmara Municipal espera a formalização. É sua convicção que o Concelho de Lagoa vai dar um salto, com novos investimentos, geradores de riqueza e emprego, acompanhados de dinâmica social para o Concelho de Lagoa e aí considera estar o verdadeiro retorno do investimento. Disse, ainda, que as situações de venda dos lotes podem ser estudadas, por parte da Empresa Portas da Lagoa.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira referiu que este é um assunto presente. A Câmara Municipal não pode ser uma parte passiva na matéria, mas sim uma parte ativa.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que a Câmara Municipal tem que se mostrar disponível para libertar os lotes daquele contrato de arrendamento, para que possam entrar no mercado de venda, se for essa a intenção.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira expôs que baixar os custos seria uma mais-valia e se houver construção melhor seria. Quanto mais cedo essa situação se concretizar, melhor será para o Concelho de Lagoa.

O Senhor Vice-Presidente referiu que poderão, eventualmente, haver compromissos de ordem financeira entre a empresa Portas da Lagoa SA e terceiros que, a existir, deverão ser considerados nas soluções a encontrar o que por si pode condicionar, ou não, a libertação dos referidos lotes.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado defendeu que tem que ser o Município a tomar a iniciativa. Por parte da Empresa Portas da Lagoa nunca vai haver a intenção em alterar, porque têm o Município a pagar. Quando chegar ao fim do contrato terão tudo pago e sem qualquer custo para a Empresa Portas da Lagoa. Mais referiu, o Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado, que achou estranho ver aqueles lotes do Tecnoparque à venda, porque nunca será por iniciativa das Portas da Lagoa que aqueles lotes chegarão ao mercado de venda.

O Senhor Vice-Presidente referiu que pode aparecer um investidor que queira adquirir e existindo interesse por parte do Município naquele investimento, a Câmara Municipal poderá intervir junto das Portas da Lagoa para analisar a possibilidade de venda do referido lote de terreno, salvaguardando os interesses das partes.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que salvaguardar os interesses do Município é pagar menos do que 130.000,00 € por um lote de terreno, no Tecnoparque, que em 2041 não haverá qualquer direito sobre ele. Destacou que é importante trazer investimento para o Concelho.

O Senhor Vice-Presidente partilha da necessidade de captar investimento, mas defendeu que os certos investimentos requerem tempo, nem sempre aquilo que rápido aparece é o melhor e mais adequado ao tipo de desenvolvimento pretendido. A título pessoal, acredita que no futuro existirá uma nova realidade económica no Concelho e deseja que, os jovens do Concelho possam retirar todo o proveito dessa circunstância.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado disse que o paradigma da sociedade está a mudar e o prazo de vinte anos que lhes separa do final do contrato de arrendamento é muito tempo. As pessoas já não casam, não compram casa e a taxa de natalidade está a diminuir, o que quer dizer, que daqui a vinte anos o parque habitacional existente será suficiente para as famílias que se venham a constituir. Daqui a vinte anos, aqueles edifícios de habitação coletiva poderão já estar descontextualizados da realidade daquela altura. Em sua opinião, têm que analisar a sociedade, pois há alguma urgência em resolver esta situação.

Acrescentou o Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado que, em seu entender, a passagem do Senhor Vice-Presidente, por este Órgão Executivo poderá não ter sido por acaso, pois poderá ser um elemento muito importante naquilo que vier a ser construído no Tecnoparque. Sugeriu que fosse usada a sua influência e a sua capacidade de visão, para que quando deixarem este Órgão Executivo, o façam com a consciência de que fizeram o seu melhor.

O Senhor Vice-Presidente expôs que é da responsabilidade de todos os membros deste Órgão Executivo decidir e intervir para o melhor do Concelho de Lagoa.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira questionou se não é da obrigação da Câmara Municipal promover a venda daqueles lotes de terreno, tendo o Senhor Vice-Presidente respondido que o Município é arrendatário daqueles terrenos. Tal não quer dizer que não possam ser estudadas e avaliadas, soluções de conjunto que se mostrem mais adequadas para essa possibilidade.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira disse que o Município como arrendatário daqueles terrenos deve promover soluções, pois, em seu entender, é esse o objetivo principal, senão não fazia qualquer sentido ser arrendatário daquele espaço, tendo o Senhor Vice-Presidente referido que foi o modelo encontrado na altura.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira defendeu, novamente, que é um assunto que tem que estar sempre presente e não podem ficar só à espera que as coisas aconteçam.

O Senhor Vice-Presidente respondeu que estão a trabalhar na busca de melhores soluções, dentro do enquadramento de direitos e obrigações que estão sujeitos, para que o Tecnoparque seja aquilo que é o seu objetivo principal e proporcione ao Concelho de Lagoa, emprego e riqueza.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira acrescentou que têm que ter consciência que o “bom” seria resolver nos quatro anos deste mandato a situação do Tecnoparque, mas considerando as suas características e o volume dos negócios, não pode ser.

O Senhor Vice-Presidente respondeu que, por vezes, é de todo conveniente que o investimento seja efetuado progressivamente, dentro de uma programação temporal, e não todo em simultâneo, para que o equilíbrio entre a oferta e procura valorize e não diminua o Parque Tecnológico. As dinâmicas instaladas no Tecnoparque atraíram novos e mais

relevantes investimentos. Em quatro anos será muito difícil contratualizar todo o investimento para o Tecnoparque, entende que será gradual e sustentável.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado questionou se existe a possibilidade de parte daqueles lotes que estão consignados para habitação coletiva deixarem de o ser, tendo o Senhor Vice-Presidente respondido que poderão considerar essa hipótese.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado respondeu que concorda e em tempo de campanha já considerou essa situação.

O Senhor Vice-Presidente referiu que a habitação é muito importante para a fixação de pessoas. O Plano de Pormenor está, no seu entender, muito bem feito, mas requer pequenas alterações e adaptações para corresponder com as novas necessidades do tempo.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado sugeriu que, no seu entender, deveriam identificar quais os lotes que jamais deixariam de ser habitação coletiva e tentar colocá-los no mercado e deixar os outros para futuras ideias, não excluindo a possibilidade de poderem vir a ser para habitação.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira questionou qual o valor que o Município paga anualmente às Portas da Lagoa pelo contrato de arrendamento dos terrenos do Tecnoparque, tendo o Senhor Vice-Presidente respondido que são aproximadamente novecentos e vinte e quatro mil euros.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira expôs que considerando o que o Senhor Vice-Presidente disse até ao momento, este pode ser entendido como o seu projeto de visão empresarial, podendo ser equacionados os custos que este projeto representa para o Município de Lagoa e o quanto é prejudicial no que concerne ao orçamento camarário. Reiterou que este processo tem que estar sempre em cima da mesa na procura de melhores soluções e não se pode esperar para o amanhã.

O Senhor Vice-Presidente referiu que têm tomado atitudes ao longo deste mandato, no sentido do desenvolvimento e salvaguarda do Tecnoparque. Recordou que já foram celebrados contratos e feitas algumas alterações. Este é um processo dinâmico sempre presente, no dia a dia, no sentido do melhor para o Concelho de Lagoa. Como já disse, neste momento é um custo, que deverá ser entendido como um investimento.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira referiu que este investimento foi feito por anteriores executivos, mas agora estão a fazer o melhor possível. À partida pode-se entender que foi um mau investimento pelos custos que está a ter para o Município e poderá ser equacionado como um mau investimento. Se for submetido a um estudo económico, podiam chegar à conclusão de que, efetivamente foi um mau investimento.

O Senhor Vice-Presidente declarou que este investimento tem de ser visto numa lógica de médio e longo prazo.



O Senhor Vereador Roberto Oliveira comentou que se calhar já tinham a orla marítima de Santa Cruz pronta, tendo o Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado concluído que com o dinheiro que já se gastou no Tecnoparque, já tinham a orla marítima pronta.

O Senhor Vice-Presidente disse que, enquanto cidadãos da Lagoa, orgulhar-se-ão por terem no seu Concelho o primeiro Hospital Privado dos Açores, equipamento que marcará a nossa Região, porque os cuidados de saúde marcam um Concelho. A Lagoa vai ficar identificada a nível Açores, pelo lugar com o Hospital Internacional dos Açores que terá, certamente, convenções e acordos com entidades e seguradoras, possibilitando assim que muitos cidadãos possam deslocar-se e pernoitar na Lagoa para fazerem os seus tratamentos. O Hotel, a ser construído, com uma marca de referência a nível mundial, vai posicionar a Lagoa nesse contexto e essa é, no seu entender, a riqueza que está a ser construída.

Mais referiu o Senhor Vice-Presidente que o Concelho de Lagoa tem hoje um espaço infraestruturado, o Tecnoparque, que oferece possibilidades múltiplas integradas que outros Concelhos não dispõem. Naquele espaço já existe o Nonagon, com empresas de ordem tecnológica, o qual possui um significativo auditório, existe também o Expolab, direcionado para escolas, crianças e famílias, vão ter o Hotel vocacionado, igualmente, para o mercado de congressos, que potência o auditório do Nonagon. É uma realidade que estão, hoje, a pagar esse investimento com esforço, mas acredita que irão ter o devido retorno do mesmo.

Justificou o Senhor Vice-Presidente que é um facto a obra da orla marítima ainda não ter sido realizada, mas, no seu entender ainda bem, dado que essa circunstância permitiu dar prioridade e avançar para a construção do Tecnoparque, o qual é, nesta fase, mais estruturante renegando a orla marítima para uma segunda fase. A criação de riqueza e dimensão com este projeto permitirá, a tempo, justificar e criar condições para a obra na orla marítima e consolidar o estatuto de Cidade deste Concelho.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que o investimento do Tecnoparque foi um investimento de risco, pois aquele espaço esteve cinco ou seis anos parado sem qualquer investimento, tendo aparecido agora a construção do Hospital Internacional dos Açores e do Hotel.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira referiu que o investimento do Tecnoparque custou muito ao Povo da Lagoa, pois muitas ruas deixaram de ser arrançadas e muito deixou de ser feito, porque o dinheiro foi canalizado para o Tecnoparque. Existe um passado, presente e um futuro e, em seu entender, os Municípios merecem viver com todas as condições a que têm direito e não se pode pensar só no futuro.

A Câmara tomou conhecimento.

#### **ORDEM DO DIA:**

**PRESIDÊNCIA:****PONTO N.º 1 – INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE AS ATIVIDADES CAMARÁRIAS E DE INTERESSE MUNICIPAL:**

O Senhor Vice-Presidente da Câmara apresentou a informação sobre as atividades Camarárias e de interesse Municipal, com os seguintes assuntos:

- Malassadas e Cantorias ao Desafio, no fim-de-semana de 22 a 24 de fevereiro, na Lagoa;
- Presidente da Câmara Municipal congratulou Governo pela pavimentação do Caminho do Valongo, em Água de Pau;
- Presidente da Câmara Municipal recebeu nova Comissão Política do PSD Lagoa;
- Apresentada na Lagoa, a Edição 2019 do Azores Rallye.

Sobre a apresentação do Azores Rallye ter sido feita no auditório do Nonagon, pelo Grupo Desportivo Comercial, o Senhor Vereador Roberto Oliveira apresentou a seguinte observação. Em sua opinião, a apresentação do Azores Rallye deveria ter sido efetuada na sede do Grupo Desportivo Comercial. O Grupo Desportivo Comercial não valoriza a sua sede e não estão a respeitar o esforço que o Município de Lagoa fez para lhes dar uma sede. Mostrou-se indignado com esta situação e o Grupo Desportivo Comercial não está a respeitar o Concelho de Lagoa.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que, como o Senhor Vereador Roberto Oliveira afirmou, a construção do edifício Sede do Grupo Desportivo Comercial representou um custo para o Município de Lagoa e um proveito para o Grupo Desportivo Comercial, que são, nomeadamente, as rendas que provêm do arrendamento do espaço do Restaurante Q'énosso. O Município está a perder a receita das rendas daquele Restaurante em benefício da apresentação do Azores Rallye no auditório do Nonagon, na Lagoa. Acrescentou que, em seu entender, o Grupo Desportivo Comercial deverá ter outras obrigações para com o Município de Lagoa e não estão a respeitar a Câmara Municipal de Lagoa e os seus Munícipes. Foi um custo grande para o Município de Lagoa, com um retorno zero. Mais referiu que aquele edifício poderia ser sede de algumas Instituições do Concelho de Lagoa.

O Senhor Vice-Presidente referiu que ficam registadas as observações apresentadas pelos Senhores Vereadores Roberto Oliveira e Carlos Augusto Furtado.

A Câmara tomou conhecimento.

**UNIDADE ORGÂNICA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL:**

**SUBUNIDADE ORGÂNICA DE EXPEDIENTE GERAL, CONTRATAÇÃO PÚBLICA E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS:**

**PONTO N.º 2 – MINUTA DO CONTRATO DO CONCURSO PÚBLICO “CONSTRUÇÃO DA CICLOVIA DA CIDADE DE LAGOA - AÇORES”:**

Na sequência da aprovação do relatório final do Concurso Público “Construção da Ciclovia da Cidade de Lagoa - Açores”, na reunião da Câmara Municipal de 22 de fevereiro de 2019, foi presente a minuta do contrato do referido concurso público, a celebrar com a Empresa AFAVIAS – Engenharia e Construções – Açores, SA, que se junta por fotocópia à presente ata para dela fazer parte integrante como documento anexo sob o número 1.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que leu a minuta apresentada e, em sua opinião, entendeu que o valor de 2% da garantia bancária é pouco, relativamente ao valor da obra.

O Senhor Vice-Presidente respondeu que o valor da caução nos contratos de empreitada de obras públicas está estabelecido na Lei e aquela garantia bancária foi apresentada de acordo com a legislação em vigor.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira questionou se a verba referente a este contrato será paga toda de uma só vez, tendo o Senhor Vice-Presidente respondido que a obra será paga através de autos de medição.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira referiu que, em sua opinião, a minuta apresentada não está em condições de ser votada, porque o segundo outorgante não está identificado e no contrato não está redigido a forma de pagamento, não irá votar contra, mas irá abster-se.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado informou que também irá abster-se nesta votação.

O Senhor Vice-Presidente informou que o segundo outorgante será o representante legal da Empresa AFAVIAS – Engenharia e Construções – Açores, SA. Quanto à forma de pagamento será de acordo com o plano de pagamentos apresentado.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com quatro votos a favor dos membros do Partido Socialista e duas abstenções dos Senhores Vereadores Carlos Augusto Furtado e Roberto Oliveira, aprovar a minuta do contrato do concurso público “Construção da Ciclovia da Cidade de Lagoa - Açores”, a celebrar com a Empresa AFAVIAS – Engenharia e Construções – Açores, SA, pelo valor de 835.475,00 € (oitocentos e trinta e cinco mil quatrocentos e setenta e cinco euros), acrescido do IVA à taxa legal em vigor.

**SUBUNIDADE ORGÂNICA DE TESOURARIA:**



### **PONTO N.º 3 – RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA:**

Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria do dia 7 de março do ano em curso que apresenta um saldo de Dotações Orçamentais de 465.457,89 € (quatrocentos e sessenta e cinco mil quatrocentos e cinquenta e sete euros e oitenta e nove cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

### **UNIDADE ORGÂNICA GESTÃO URBANA E DE INFRAESTRUTURAS:**

#### **SUBUNIDADE ORGÂNICA DE OBRAS PARTICULARES E LOTEAMENTOS:**

### **PONTO N.º 4 – PEDIDO DE CERTIDÃO DE COMPROPRIEDADE, AMOREIRINHA, FREGUESIA DE ÁGUA DE PAU:**

Foi presente à Câmara o requerimento apresentado por Ricardo Miguel Serrano Ribeiro e Josephine Molly Sanderson, solteiros, residentes no Termo da Lagoa n.º 77, freguesia de Santa Cruz, Concelho de Lagoa - Açores, na qualidade de futuros proprietários, solicitando nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, parecer sobre a constituição de compropriedade, com vista à celebração duma escritura de compra conjunta do prédio misto, sito à Amoreirinha, freguesia de Água de Pau, deste Concelho, descrito na Conservatória do Registo Predial de Lagoa sob o número 539/19880125, inscrito na matriz predial sob o artigo 1396 (urbano) e 87, secção P (rústico).

Após análise do pedido e informação técnica que abaixo se transcreve:

“Relativamente ao assunto em epígrafe cumpre-me informar do seguinte:

Os requerentes requerem parecer favorável nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, referente à aquisição em regime de compropriedade, de um prédio misto inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 1396 e rústica sob o artigo 87, secção P da freguesia de Água de Pau.

De referir que da celebração da escritura de compra conjunta do aludido prédio não resulta parcelamento físico, nem jurídico do mesmo, ou que a presente constituição de compropriedade possa contrariar um qualquer instrumento de gestão territorial, ao abrigo do n.º 2 do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, na sua atual redação.

O Gabinete Técnico desta autarquia nada tem a opor à constituição da compropriedade.”


A Câmara deliberou, por unanimidade, não haver inconveniente no pedido acima indicado.

**APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:**

De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata em minuta, a fim das respetivas deliberações produzirem efeitos imediatos.

**ENCERRAMENTO:**

E não havendo mais nada a tratar, sendo 10:20 horas, foi pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata que depois de lida foi aprovada e assinada nos termos da Lei.

E eu  \_\_\_\_\_, Técnica Superior, do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos, a redigi e assino.

O VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL



RICARDO NUNO FERREIRA MARTINS MOTA